



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681158 - MG (2021/0225037-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HIGOR PEREIRA DINIZ LUIZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HIGOR PEREIRA DINIZ LUIZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravado em Execução n. 1.0000.20.496930-7/001).

Ao paciente, em cumprimento de pena, foi reconhecida falta grave que culminou na "perda de 1/3 dos dias remidos, justificada pelas palavras desrespeitosas proferidas pelo reeducando, e estabeleceu a data de 23/12/2019 como marco para fins de reinício da contagem de benefícios da execução penal" (fl. 232).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que (fl. 9):

Não se pode esquecer que para punir o sentenciado pela prática de falta grave também é necessária prova da materialidade e certeza da autoria, o que não se obteve nos autos, não podendo ser punido com base em presunções.

Os princípios da presunção de inocência e do in dubio pro reo devem ser aplicados não apenas na fase de conhecimento como também na fase de execução da pena. Assim, não sendo possível comprovar a autoria da falta grave, ou havendo dúvidas a respeito, o sentenciado deve ser absolvido.

Requer, liminarmente, a suspensão do acórdão da decisão que reconheceu a falta grave. No mérito, pugna pela concessão da ordem para absolver o paciente da falta por ausência de provas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente